

O QUE É UMA ILHA? OS HORIZONTES DA INSULARIDADE

Matheus Sartori Menegatto

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Resumo

A definição de ilha suscita polêmicas. Neste artigo, expusemos a ilha a partir de conceitos fundamentais (insularidade, maritimidade, ilheidade, litoralismo, arquipélago) e de diferentes perspectivas. Como resultado, despontaram-se algumas noções que, longe de esgotarem toda a essência da natureza insular, sugerem algumas pistas para compreendê-la: o apartamento imposto pelas águas; o papel preponderante dos processos costeiros; a menor heterogeneidade paisagística na comparação com um continente; a alta influência marítima (impactos climáticos, econômicos, sociais e culturais); a suscetibilidade a fenômenos oceânicos e atmosféricos; o particularismo da biota (endemismo) e das sociedades que nela vivem; o aguçado senso de unidade territorial; o isolamento ou, uma vez conectada às redes de circulação, a condição de ponto nevrálgico, bem como as consequentes dualidades localismo x cosmopolitismo e eutopia insular (ilheidade) x utopia além-mar (emigração); e, enfim, a fragilidade econômica e ecológica imposta pela escassez de recursos e pela exiguidade de espaço.

Palavras-chave: ilha; insularidade; maritimidade; ilheidade; litoralismo.

Abstract

It's difficult to define what an island is. In this article, we showed different approaches according to some basic concepts (insularity, maritimity, coastal situation, islander identity, archipelago). Then, we presented some notions that can help us understand the island distinctiveness: the discontinuity between land and sea; the maritime influence in the climate, in the economic processes, in the identity of social groups and in the human settlement; the susceptibility to disasters; the endemism; the facility to recognize geographical and political frontiers; the dualisms between remoteness and strategic point, between localism and cosmopolitanism, and between eutopia related to the island (islander identity) and utopia related to the oversea lands (emigration); the economic and ecologic fragility; the little space; and the low amount of resources.

Key words: island; insularity; maritimity; islander identity; coastal situation.

Introdução

A Geografia Insular, isto é, o estudo geográfico das ilhas e arquipélagos, atravessa o pensamento humano desde a Grécia Antiga, granjeando novas roupagens com o transcórper do tempo, seja nas tradicionais escolas determinista e possibilista, seja no pensamento ecológico ou nos estudos de mundialização, típicos da virada do século.

De certa forma, a importância dos estudos insulares advém da autoridade científica que possuem as análises dos ambientes costeiros, já que, estes, com sua dinâmica terra-mar, estão presentes não só nos continentes, como também ajudam a definir a própria realidade insular. Neste caso, remete-se a uma vinculação lógica entre os conceitos de insularismo e de litoralismo. A costa é “a linha que limita o mar onde este parece invadir a terra, porém, inversamente, também é a linha de frente da própria terra onde esta adentra o mar” ¹ (FEBVRE, 1950, p. 214, tradução nossa). Isso porque o tropismo das zonas litorâneas parece usufruir de uma dupla direção: do mesmo modo que o mar intervém na terra (climática e economicamente, por exemplo), a terra usufrui das condições impostas pelo mar para poder espalhar-se (o que se justifica tanto pelas navegações como pela exploração econômica das águas e leito oceânicos). Sendo a ilha um espaço litoral característico, não há melhor laboratório para investigar essa dinâmica de interfaces.

Brunhes (1962) dizia que três fatores geográficos tinham singular poder de influência sobre as atividades humanas: a distância (um obstáculo a vencer, mais do que nunca, mensurado em termos de tempo), a diferença de nível (ação deixada à gravidade para exercer-se sobre as águas) e o espaço (a superfície não só ocupada, como também ocupável). Não podemos, é claro, considerar tais fatores como norteadores de nossa análise sem nos lembrarmos de que eles são o produto de um tempo, de uma concepção específica da relação entre o homem e a natureza terrestre. Porém, reputemos a eles a função de servirem apenas como pistas para uma investigação mais aprofundada do que viria a ser a condição insular, isto é, o insularismo ou a insularidade.

Especificamente, dado que esses três fatores nela exibem feições próprias, é a ilha singularidade digna de nota: a aparente inexorabilidade da distância imposta pelo mar, a despeito de sua marcante atuação tanto num sentido social como do ponto de vista biológico, é matéria de polêmica numa aldeia global; a protuberância paisagística de cada ilha denota, como diferença de nível que é, uma contingência terrestre numa matriz aquática (seja marítima, no caso das ilhas oceânicas, seja fluvial ou lacustre, quando em corpos d'água continentais); a exiguidade de espaço disponível pode ser ou constrangimento sem par (limitação ao povoamento, à exploração econômica), ou, dado o adensamento populacional que se é capaz de ensejar, fator de motivação para conquistas além-mar.

Ilhéus ou não, os que amam as ilhas, preferem os lugares pequenos aos grandes, a profundidade à amplitude, o particular ao geral. (...) Em que consiste esse sonho das ilhas? Uma parte dele implica viver em um lugar pequeno. Quanto menor, melhor. Se for muito grande, descaracteriza-se, deixa de parecer uma ilha. O que se procura é um lugar que possa ser percorrido num dia, onde se encontre tudo com facilidade e onde o mar esteja quase sempre à vista. É vital sentir continuamente o mar, pois a sensação de estar cercado por água lembra o quão longe se chegou e o quão afastado se está do resto do mundo (KLUGE, 2008, pp. 8-9).

¹ A coast is the line which limits the sea where it invades the land, but is, inversely, the frontier-line of the land where it sinks below the sea.

O conceito de ilha

A ilha é uma porção relativamente pequena de terras emersas circundadas por água doce ou salgada. A diferença em relação a um continente está na extensão: os continentes manifestam-se de modo mais significativo à vista de quem olha para o conjunto das terras firmes do globo. Convencionalmente, com 7,5 milhões de km², é a Austrália o menor dos continentes, e, com pouco mais de 2 milhões de km², é a Groenlândia a maior das ilhas ². Com efeito, esta definição, salvo sua antiguidade, não é apenas produto de convenção da comunidade científica, mas também matéria de apreciação lógica. Uma boa justificativa está justamente na influência marítima: enquanto, no ambiente continental, o influxo marítimo – tanto climático (maritimidade) como econômico (exploração dos recursos haliêuticos) e social (modo de vida costeiro) – restringe-se senão à baixada litorânea ou a algumas raras concavidades fisiográficas que permitem uma penetração um pouco mais intensa (estuários, deltas, baías), no ambiente insular, ele está por toda parte, sendo episódica qualquer desvinculação absoluta com o litoral ou com o próprio mar. A ilha é, assim, mais do que pura e simplesmente a miniatura de um continente.

A maior parte dos dicionários, gerais e especializados, costuma distinguir ilha de ilhota, sendo esta uma ilha muito pequena, escolho ou lajeado quase sempre emerso e sem ligações com outras massas de terra, mesmo no período de baixa-mar (GUERRA, 1993).

De seu lado, o arquipélago pode ser definido como um conjunto de ilhas – frequentemente, de mesma gênese geológica e/ou geomorfológica (*Ibidem*) –, bem como de “águas circunjacentes e outros elementos naturais que estejam tão estritamente relacionados entre si” de modo a constituírem “uma entidade geográfica, econômica ou política, ou que historicamente tenham sido consideradas como tal” ³.

Para cada ilha, como para qualquer localidade do globo terrestre, há sempre uma situação geográfica que a define – a partir da localização relativa a outros elementos da superfície planetária, traça-se sua condição perante o mundo ou uma parte dele. A situação geográfica das ilhas, isto é, sua localização frente aos fatos e objetos do mundo, é concebida a partir da noção de insularidade (ROYLE, 2001). Assim, há ilhas que só o são num sentido fisiográfico – o mar é pouco definidor de seus destinos, o isolamento é pouco ou nada marcante. Em outra perspectiva, algumas ilhas não o são de direito, por definição rigorosa, mas, tão submetidas ao jugo das águas (continentais ou marítimas) estão, que não é possível desconsiderar sua condição insular, como no caso daquelas que, na maré baixa, estão ligadas ao continente por terras emersas ou submersas com pouca profundidade – Monte São Miguel, localizado em foz fluvial na Baixa Normandia, França (CHOMER *et al.*, 1999).

Existem, portanto, dois sentidos para a ilha: um absoluto (caráter permanente, como pequena porção terral emersa ladeada por água), outro relativo (caráter circunstancial, dada a insularidade a partir de certa posição relativa ou situação). Neste segundo sentido, mesmo no interior de um continente, a literatura geográfica já apontou como insular, por exemplo, uma localidade isolada por montanhas ou localizada no meio de um deserto (BRUNET, FERRAS e THÉRY, 1993). Se Brunhes (1962) e Febvre (1950) citavam populações de desertos frios como casos de

² CIA. *The World Factbook*. Verbetes consultados: Austrália; Greenland.

³ Artigo 46, tópico B, da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, 1988.

menor intercâmbio étnico-linguístico, recentemente, na Floresta Amazônica, a Funai⁴ catalogou mais de uma dezena de povos indígenas isolados e de recente contato.

Não menos importante, à noção de insularismo, relacionam-se os conceitos de maritimidade e de litoralismo, admitidos como a “presença impositiva do oceano” (DIEGUES, 1997, p. 11) e o dinamismo costeiro em que “a terra e o mar acertam suas diferenças”⁵ (SEMPLE, 1911, p. 205, tradução nossa), respectivamente.

Por fim, vale a pena sublinhar que as ilhas ou arquipélagos também são criações do imaginário (ilheidade). Longe de serem apenas objetos de representação simbólica por parte dos insulares, participam de uma concepção de mundo eminentemente contemporânea, a despeito de suas raízes já arcaicas. A ilha como alteridade é opinião tanto grega como ameríndia, tendo povoado, inclusive, a cosmovisão medieval cristã. Atualmente, advoga o posto de exceção ao mundo globalizado, “último reduto do mundo selvagem” (DIEGUES, 1997, p. 3), povoada por seu exotismo característico, por um lado, instigador e apaixonante, e, por outro, ameaçador e umbrático.

A localização das ilhas nos mapas medievais era sempre imprecisa e mutável, aumentando a força e o prazer da imaginação e da fantasia, que representavam e situavam as terras desconhecidas pelo espaço dos mares também desconhecidos e perigosos. Essa imprecisão na localização das ilhas distantes e paradisíacas potencializa o mirífico e maravilhoso medieval (DIEGUES, 1989, p. 152).

Qual a importância dos estudos insulares para a Geografia hoje?

As ilhas interessaram muitos geógrafos por servirem facilmente de laboratórios para modelos regionais. Seus limites são definidos e, frequentemente, dispensam debates acerca de exclusão ou inclusão de áreas contíguas num eventual mapeamento e inventário. Abundam, por exemplo, exercícios de modelização gráfica com ilhas ao redor do mundo – em especial, na Revista *M@ppemonde*, como a Nova Zelândia (COGNARD, 2012), Socotorá (Iêmen) (GUÉBOURG, 2000), Tenerife (Espanha) (JADÉ, 2000) e Comores (GAY, 2001).

Contudo, os estudos insulares não podem ser reputados apenas a simplificações de retratos regionais, testes fáceis para modelos, “microgeografias”. Considerando que a ilha é mais do que a miniatura de um continente, que há especificidades identitárias, possibilidades e constrangimentos ecológicos e econômicos, decidiu-se tomá-la como objeto particular de estudo. Nessa condição, pesquisa-se, agora, em que medida a insularidade é um conceito relativo, qual o futuro das ilhas e arquipélagos (especialmente dos países insulares e arquipelágicos) no cenário político e econômico atual, de que forma a localização e as redes do mundo globalizado alteram a situação insular, qual a validade para a Geografia de se conceituar uma ilha para além de critérios geomorfológicos, que dinâmicas demográficas são inerentes aos territórios insulares e, enfim, se as ilhas merecem um olhar especial ou se suas especificidades não são suficientes para particularizá-las nos estudos regionais.

⁴ A página da Fundação Nacional do Índio (Funai) relativa aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato está disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoess/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato?limitstart=0#>>.

⁵ *Here, on their outer margins, land and sea compromise their physical differences.*

Em um momento em que economistas, demógrafos, linguistas, antropólogos e ecólogos debatem o futuro das ilhas e de suas populações, a Geografia, que já se debruçou sobre o assunto, não pode se furtar a contribuições mais contemporâneas, atentas sobretudo para o crescimento econômico e os impactos das mudanças climáticas nos países subdesenvolvidos, bem como para a identidade das populações e suas formas de representar e conceber o mundo.

Intentando capturar a essência das ilhas, estão aqui presentes, como esforço de síntese, aportes teóricos das diversas disciplinas da ciência geográfica, bem como trabalhos de estudiosos clássicos e contemporâneos.

Perspectivas fisiográfica e genética

Em termos geomorfológicos, uma ilha caracteriza-se como um alteamento do modelado terrestre que, por destacar-se como terra emersa no íntimo de uma ambiência aquática, é um permanente convite à vista. Como destaque na paisagem, a ilha constitui o típico local onde os processos costeiros habitualmente ocupam o primeiro plano – fato que se deve à sua pequena extensão em comparação aos continentes. No caso destes últimos, outros processos interiores (formação de rede hídrica complexa, sedimentação em grandes bacias), coexistindo lado a lado, dividem a cena.

São duas as classes de ilhas: as continentais (já porque se exibem como simples continuação do continente, já porque se estabelecem na própria margem continental) e as oceânicas ou isoladas (de gênese independente). Atinente ao grupo de formas continentais, as ilhas categorizam-se em de erosão, de sedimentação, de afundamento, de afundamento e erosão combinados e residuais, podendo desdobrar-se em fluviais (ex.: do Bananal, TO), lacustres (ex.: do Paranoá, DF) e costeiras, sejam estas últimas marinhas (ex.: do Cardoso e Comprida, SP) ou fluviomarinhas (ex.: de Marajó, PA). Com efeito, as ilhas brasileiras são, em sua maioria, continentais: São Luís (MA), Itamaracá (PE), do Governador (RJ), Grande (RJ), de Santa Catarina (SC), dentre outros tantos exemplos. Já as ilhas oceânicas, ou são vulcânicas, ou são biogênicas (recifes coralígenos); e poucos são os exemplos em território nacional: arquipélagos de Trindade e Martim Vaz (ES) e de Fernando de Noronha (PE), penedos de São Paulo e São Pedro (PE) e atol das Rocas (RN) (AZEVEDO, 1970; GUERRA, 1993). As ilhas costeiras do país surgiram em seguida a inúmeras regressões e transgressões marinhas, sobretudo do Quaternário, segregando-se do continente sem com ele deixar de conservar semelhanças (FURLAN, 1989).

Há quem catalogue as ilhas no quesito genético, como se observa na Figura 1. Identificam-se, assim, as de limites de placas tectônicas – sejam divergentes (ex.: Islândia, no norte da Europa, e Trindade, no Atlântico Sul), sejam convergentes (ex.: Antilhas, na América Central, e Sanduíche do Sul, no Atlântico Sul), sejam transcorrentes (ex.: Cikobia e Clipperton, no Pacífico) – e as intraplacas – ora de lineamentos (ex.: Havaí e Marquesas, no Pacífico), ora de aglomerados (ex.: Canárias e Cabo Verde, no Atlântico Norte), ora isoladas (ex.: Santa Helena, no meio do Atlântico) (NUNN, 1994 *apud* WHITTAKER e FERNÁNDEZ-PALACIOS, 2008). Neste caso intraplacas, as fraturas no substrato oceânico engendram obras da arquitetura natural de singular beleza. Tanto no arquipélago havaiano como no cabo-verdiano, identificam-se aquilo que os geólogos denomi-

nam *hot spot* (ponto quente), área da crosta terrestre conectada a plumas térmicas (ascendência magmática subcrustal). Justamente, em ambos os arquipélagos, a crosta delgada permitiu que o magma, além de espalhar-se horizontalmente em zona subterrânea, estivesse presente na forma de atividade vulcânica (WITHERICK *et al.*, 2001). De mais a mais, quando vulcânicas, não raro, as ilhas são reféns de deslocamentos tectônicos – nos espaços insulares com característica movimentação de terras, são comuns inversões de base e de topo (DE MARTONNE, 1913).

Outra forma de tectonismo associado, o arco insular abunda em zonas de subducção, nas quais as ilhas podem apresentar terrenos sedimentares altamente dobrados. Trata-se de uma linha curva contemplada por uma miríade de ilhas originadas pela atividade vulcânica e pela ascensão do assoalho oceânico. Tanto no lado exterior do arco como na linha a ele paralela, uma fossa oceânica é frequentemente encontrada, o que, aliás, é típico do Pacífico ocidental (ex.: arquipélago japonês e ilhas Marianas) (WITHERICK *et al.*, 2001).

No respeitante às ilhas sedimentares, quer de ordem biogênica, quer de ordem física, dois casos particulares merecem realce: o atol e a ilha barreira. No primeiro caso, comum no Pacífico, o que se tem é um recife coralígeno circundante a uma laguna central. Sua origem associa-se a antigas ilhas (vulcânicas ou sedimentares) que sofreram submersão (por erosão, subsidência do assoalho oceânico, ou mesmo, variações do nível médio dos mares) e, na atualidade, servem de plataforma para o crescimento dos corais. Exemplificado pelo Atol das Rocas (RN), o colapso da porção mais interna do recife orgânico conduziu à formação de um anel capaz de isolar, parcial ou totalmente, uma área lagunar. Já no segundo caso, observa-se uma ilha arenosa baixa paralela à costa e desta apartada por uma laguna. De sua parte, o processo formativo de uma ilha barreira desenlaça-se mediante uma transgressão marinha sucedida pela emergência de uma barra submersa (a transgressão forma uma superfície arenosa baixa submetida à ação construtiva das ondas, enquanto o crescimento da barra arenosa advém de deposição eólica ou de erosão costeira). Para além desses dois casos e, nem por isso, pouco comum, verifica-se o tómbolo, uma união entre ilha e continente ensejada por uma barra de acúmulo sedimentar (GUERRA, 1993; WITHERICK *et al.*, 2001).

Litoralismo e insularidade confundem-se. Frequentemente, na ilha, é difícil diferenciar os ambientes do litoral e do interior. Tanto as formas quanto os processos são tipicamente costeiros ou, pelo menos, possuem, direta ou indiretamente, alguma influência litorânea. Há, mesmo, ilhas onde essa diferenciação carece de qualquer significância, dada a mesma gênese e o mesmo nível altimétrico entre as áreas interna e costeira.

De uma gênese ou de outra (vulcânica ou sedimentar, continental ou oceânica), com um ou outro modelado distintivo (plano, colinoso, montanhoso), cada ilha está contemplada com determinada variedade costeira, que, por sua vez, pode revelar algumas particularidades do regime morfológico nela existente. Ademais, há quem advogue que o tipo de costa promove, ao lado da proximidade, uma maior ou menor facilidade de povoamento, bem como um maior ou menor vínculo com as ilhas próximas. Na época de Ritter (1862 *apud* RATZEL, 1882/1990), era lecionado que a presença de articulações costeiras (penínsulas, cabos, baías, golfos) favoreceria o povoamento por atenuar os constrangimentos da ação oceânica e, por conseguinte, levar mais longe os efeitos dessa ação rumo ao interior terral.

Perspectiva climática

Do ponto de vista climático, as ilhas são definidas como espaços onde a influência marítima atinge o interior, desencorajando ambientes muito diferenciados (a não ser quando propiciada pelo relevo ou por condições muito específicas) e contrastes acentuados de temperatura e umidade (mesmo em ilhas relativamente áridas, onde a amplitude termo-higroscópica diuturna é superior à sazonalidade anual). A insularidade nutre-se da maritimidade. O clima insular, marítimo que é, qualifica-se como essencialmente ameno, apesar de sua suscetibilidade aos fenômenos (tufões ou furacões, tsunamis, ação erosiva acentuada de ondas de grande energia, ventos frequentes) e atributos (maior sensibilidade à brisa e às correntes marítimas, resultantes do gradiente de pressão atmosférica e de temperatura entre as superfícies aquática e teral) particulares dos mares e oceanos.

De traço ameno, o clima marítimo incentiva a habitação, que, por sua vez, também depende, é claro, da situação geográfica. Ilhas muito afastadas da costa, tanto fisicamente como em termos de acessibilidade (considerável distância-tempo e/ou distância-custo), mesmo que ofereçam um bom clima e uma vida aprazível, no caso de desastres naturais ou emergências humanas, oferecem menos vantagens de colonização. Todavia, se aliado a uma boa localização, um bom clima tende a favorecer a agricultura de exportação e o intrínseco comércio além-mar. Ademais, atraindo os visitantes que demandam pelos frutos daquele solo, “as vantagens climáticas encorajam o adensamento da população insular”, incrementando a “busca pelo incomum, típico das ilhas”⁶ (SEMPLE, 1911, pp. 452-453, tradução nossa).

O princípio da continuidade terrestre é especialmente importante no caso das ilhas: por serem, em geral, espaços diminutos, estão sujeitas aos efeitos dos sistemas oceânicos, tanto no que diz respeito aos aspectos climáticos como na ótica de outras características geográficas. Tal fato comprova-se não só na escala topográfica, comum nas análises nesográficas⁷, mas também nas escalas de maior extensão dos fenômenos. No quadro climático, as ilhas estão contempladas por climas locais engendrados pela ação marítima sem qualquer prejuízo para outras duas escalas: a topoclimática (diferenças entre vertentes a barlavento e a sotavento, afora a influência da geometria do modelado na taxa de radiação solar que atinge o solo) e a sinótica (funcionamento de monções e outros sistemas de circulação atmosférica, mobilidade dos centros béricos e consequente movimentação das massas de ar e das correntes marinhas) (MONTEIRO, 1973; MILANESI, 2007).

Atendendo às circunstâncias de que a repartição das terras e das águas na superfície terrestre exerce uma influência decisiva no regime dos ventos e das precipitações, reata-se, com certa facilidade, o raciocínio que bem associa maritimidade e insularidade. Constituem, pois, fatos determinantes da maritimidade: as diferenças de calor específico entre terra e mar influem na circulação atmosférica; o clima marinho possui maiores taxas de evaporação, que, por sua vez, tendem a rebaixar a temperatura; as massas líquidas distribuem o calor por correntes de convecção que conduzem a uma maior homogeneidade térmica se comparadas com as massas litólicas ou

⁶ *Climate advantages often encourage density of population on island, by attracting to them visitors who make a local demand for the fruits of the soil and thereby swell the income of the islands.*

⁷ *Nesografia*, termo hoje em desuso, é o mesmo que *Geografia Insular*. Espínola e Cravidão (2014) trazem-nos outros termos, como *Nesologia*, *Nissologia* e *Ciência das Ilhas*.

sedimentares; e, enfim, o ambiente oceânico minora a oscilação térmica anual e amplifica o período vegetativo (DE MARTONNE, 1913).

Como já demonstrado, as ilhas são, em termos de umidade, ambientes de viva interferência marítima, salvo ocasiões em que estão sob o efeito incisivo de sistemas de alta pressão atmosférica (como é o caso do arquipélago de Cabo Verde, cujo quadro climático está fortemente submetido ao anticiclone de Santa Helena) (BABAU *et al.*, 1983). Disso, pode resultar, amiúde, uma vegetação relativamente exuberante.

Enfim, se a forma e as características topográficas de uma ilha favorecem ou não pequenos ambientes microclimáticos, por sua vez, como um todo, o ambiente insular, menor e de poucas paisagens, pode ser mais instável e, por conseguinte, mais desfavorável para o desenvolvimento de certas espécies (SARTORELLO, 2010). Sem dúvida, a autoridade do mar sobre a terra faz das ilhas espaços de menor heterogeneidade, de um lado, e maior suscetibilidade, de outro, quando confrontados com os ambientes estáveis contidos no interior continental.

Perspectivas biogeográfica e ecológica

Já figura como questão clássica e como matéria de polêmica da Biogeografia que “uma área larga estimula a diferenciação por apresentar uma grande diversidade de condições naturais, cada uma das quais tendendo a produzir sua própria espécie ou variedade”⁸ (SEMPLE, 1911, p. 169, tradução nossa). Trata-se da relação entre vida e área, quer sob o ângulo da disponibilidade de recursos, seja sob o prisma da dimensão espacial (e, para alguns animais, territorial) da vida. Exiguidade de espaço, quando traduzida por menos recursos *per capita*, é fator de competição, seja intraespecífica, seja interespecífica. Além do mais, notando que é o *Homo sapiens* um animal (com todas as necessidades de espaço e de recursos comuns a outros animais), a luta por espaço entre as espécies e, no interior delas, entre os indivíduos, é, também, uma luta da espécie humana, ou seja, entre os próprios homens. A valer, o espaço não é somente fonte de recursos (animais, vegetais, minerais, humanos, hídricos, energéticos); ele mesmo constitui um recurso (espaçamento e heterogeneidade de ambientes são fatores diretamente proporcionais à disponibilidade de habitats para todos os organismos e de territórios para as espécies dominadoras – dentre elas, o homem).

Frente à barreira do oceano, à maior singularidade ambiental, à dificuldade natural de se estabelecerem microambientes estáveis, à forte influência climática marítima e à recorrente intervenção da costa sobre o interior, “cada ilha pode ser considerada como um ecossistema individualizado” (FURLAN, 1989, p. 13), com todos os trunfos e prejuízos disso procedentes. À revelia dessa particularidade, há alguns fatos, afora o espaço exíguo, que conferem certa tonalidade biogeográfica ao conceito de insularidade: a escassez (maior competição, menor espaço, raridade de recursos), o endemismo (fruto do isolamento, é, quiçá, a característica mais preponderante) e o arcaísmo (também decorrente do isolamento e, por conseguinte, do parco contato com novas espécies e com novas condições ambientais). Se a escassez biótica e o arcaísmo persistente são

⁸ *On purely geographical grounds, also, a large area stimulates differentiation by presenting a greater diversity of natural conditions, each of which tends to produce its appropriate species or variety.*

alvo recorrente de certames, o endemismo é fato mais incontroverso. Para bem realçar, dado que, “nas ilhas, há muitos casos de uma indubitável restrição de espécies a uma área diminuta”⁹ (WALLACE, 1892/1975, p. 15, tradução nossa), o nanismo, o gigantismo e o endemismo são consequências naturais dessa insularidade, já porque o mar parece oferecer-se como obstáculo de difícil transposição, já porque, em algumas ilhas, as condições geográficas são tão específicas que favorecem o particularismo. Deste fato final, recorda-se que condições singulares adversas sugerem, inversamente, escassez biótica e de recursos. Ora, na comparação com os continentes, o número de espécies e indivíduos de cada espécie é relativamente inferior nas ilhas, e suas relações com a terra são mais simples e diretas, uma vez que tais ambientes, além da área restrita, possuem fronteiras muito mais bem definidas. Na maioria dos casos, seus limites biológico e geográfico coincidem (*Ibidem*).

Quando classificadas segundo a gênese geológica e a posição geográfica, ficam mais compreensíveis a forma e a origem da colonização insular, bem como os vínculos de sua biota com o continente. Com efeito, quanto mais recente sua origem e quanto mais próximas estão, maiores as chances de haver similitudes entre as duas terras emersas – a maior (continente) e a menor (ilha). Como é sabido, são dois os grupos de ilhas: as continentais e as oceânicas. As primeiras compartilham mamíferos e anfíbios com o continente. Por sua vez, os animais e plantas que habitam as segundas, ou transpuseram a barreira marítima, ou, o que é mais provável, descendem de grupos que o fizeram anteriormente, quando as condições de transposição podiam contar com algum fator facilitador (nível do mar mais baixo durante um período glacial, por exemplo) (*Ibidem*).

A famosa teoria do equilíbrio biogeográfico insular considera diferentes inter-relações entre três componentes do jogo espacial existente no interior das ilhas. Em primeiro lugar, as qualidades das ilhas: tamanho pequeno, barreiras de dispersão e situação climática diferenciada. Em segundo, os efeitos dessas qualidades na população: pouca variedade de habitats e altas taxas de extinção como efeitos do tamanho pequeno; imigração reduzida e mecanismos diferenciados de dispersão como frutos da existência de barreiras geográficas; e alteração na estabilidade da população como seguimento à situação climática diferenciada. Ao final, os efeitos na biota de modo geral: módico número de espécies em equilíbrio e altas taxas de renovação como repercussões da pouca variedade de habitats, do elevado número de extinções e da imigração reduzida; variadas formas de seleção segundo a conjunção de certos efeitos na população. A resultante de tudo isso é, decerto, a evolução biológica. E duas são as naturezas de seleção: segundo a taxa intrínseca de crescimento (r), que seja, taxa *per capita* de um crescimento de relações em dado ambiente, e de acordo com a capacidade de carga do ambiente (k), isto é, o número de indivíduos de uma população de certa espécie numa situação de equilíbrio. Sem embargo, sempre que a população for maior que a capacidade de carga, o número de indivíduos decresce. Finalmente, o modo de seleção, atuando numa biota reduzida e num habitat simplificado, determina alterações das formas insulares – o balanço $r \times k$ (entre a taxa intrínseca de crescimento e a capacidade de carga do ambiente) institui ganhos de seleção. Aí está o equilíbrio biogeográfico insular (MACARTHUR e WILSON, 2001).

⁹ *In islands, there are many cases of undoubted restriction of species to a small area, but these involve a different question from the range of species on continents, where there is no apparent obstacle to their wider extension.*

Dessa teoria, provém outra constatação: quanto mais distante uma ilha de outra ilha ou de um continente, mais difícil o deslocamento da biota. No caso dos arquipélagos, ilhas existentes entre uma terra emersa X e a ilha-alvo Y podem servir de pontos de parada da biota, favorecendo a rota migratória e, conseqüentemente, a colonização de Y (*Ibidem*). Não obstante, com o desenrolar dos estudos, discerniram-se situações não previstas pela teoria, dentre as quais as duas seguintes: espécies diferentes podem ter efeitos ambientais desiguais (o comportamento de um bioindicador distingue-se do de uma espécie generalista); e, por vezes, pesa mais a diversidade de ambientes que a ilha suporta do que propriamente o tamanho da ilha (FURLAN, 1997).

Como meio para o florescimento biótico e em outros aspectos, o conceito de ilha pode ser tomado em dois sentidos: um absoluto (como verdadeira terra emersa cercada de água por todos os lados) e um relativo (como hábitat peculiar, contrastando-se com os ambientes circundantes) (WHITTAKER e FERNÁNDEZ-PALACIOS, 2008). Desse modo, mesmo no interior de uma terra emersa, as condições geográficas podem ser tão antinômicas que uma miríade de ambientes ecológicos imita a situação de um arquipélago.

Em síntese, o isolamento marítimo oferece à realidade insular o endemismo e, com certa frequência, a rarefação populacional. Além de tanto, a evolução de sua biota depende de uma paridade entre a taxa de crescimento e a capacidade de carga. E, no final, se, sob os primas fisiográfico e climático, a vinculação costa-interior é vigorosa, o mesmo pode ser dito para os fenômenos biológicos, haja vista que, não raro, as teias alimentares insular e marítima adjacente convergem em diversos níveis ou cadeias. Também, por si mesmas, as costas funcionam como linhas de contato biótico: presença de laminárias (algas castanhas ou feofíceas), peixes (locais ou distantes) e mariscos (crustáceos e moluscos). Como desdobramento a essa qualidade convergente, os litorais, não raro, oferecem depósitos de guano e conchas, atividades relativas à aquicultura e vestígios de atracadouros para embarcações (BRUNET, 2001).

As ilhas são ambientes essencialmente frágeis (BROOKFIELD, 1971). Tornados ecossistemas relativamente desafiadores para a biota, em virtude da privação espacial e da segregação oceânica (FURLAN, 1989), os espaços insulares possuem, em média, condições específicas e episódicas. De mais a mais, como a escassez biótica é diretamente proporcional à distância da ilha ao continente e inversamente proporcional à sua área, o mesmo sucede à rarefação de recursos para a atividade econômica (SEMPLE, 1911).

Cronk e Fuller (1995 apud WHITTAKER e FERNÁNDEZ-PALACIOS, 2008) mencionam como principais causas da vulnerabilidade ambiental insular: pobreza de espécies (mais nichos espaciais vacantes e menor competição com espécies nativas), evolução isolada (espécies insulares são competitivamente inferiores às continentais), exagerada liberdade ecológica (espécies alógenas, muitas vezes, alcançam as ilhas sem pestes ou doenças, com vantagem sobre as nativas), colonização precoce (nas ilhas com longo histórico de ocupação humana, muito já foi devastado, perturbado e introduzido) e pequena escala (limitação de área significa pouca heterogeneidade de condições físicas para fazer frente aos impactos antropogênicos). Dependendo do caso, a essas características, soma-se a circunstância de serem pontos nevrálgicos do transporte intercontinental, o que enseja constantes perturbações e introduções de espécies exóticas. Também merecem referência a maior tendência a composições endêmicas, a fragilidade das formações naturais de pequenas dimensões, o particularismo das atividades humanas e os empecilhos ao desenvolvimento econômico duradouro (tirania das distâncias, raridade de recursos, carência de

infraestrutura adequada e, em alguns casos, de capital humano) (DOUMENGE e MONNIER, 1989). Com efeito, frente a esses ambientes ecologicamente frágeis, há a necessidade de cooperação, em que os particularismos de cada ilha – dependendo da perspectiva, constrangimentos ou trunfos –, se usados de maneira sábia e coordenada, podem, quiçá, incentivar um processo de desenvolvimento econômico e social aliado à conservação ambiental.

Perspectiva locacional

A literatura geográfica tradicional sempre associou localização e insularidade (PÉRON, 1993). Assim, não é de hoje que se concebe esta última como uma condição de “localizações naturais claramente definidas, nas quais as barreiras das montanhas e dos mares desenharam limites e garantiram certo grau de isolamento”¹⁰ (SEMPLE, 1911, p. 133, tradução nossa). Há de se evocar que a localização insular é, antes de tudo, uma localização natural, mesmo que, doravante, adquira novos sentidos segundo a acessibilidade a outras terras e o posicionamento frente às rotas marítimas. Contudo, as distâncias podem encurtar-se dependendo dos contextos – a inserção de uma ilha em uma rota comercial ou de transporte de passageiros, a instalação de um aeroporto, a conversão de seu espaço econômico em plataforma de investimentos, tudo isso pode esmagar a tirania da distância e, por conseguinte, conferir cosmopolitismo e mutabilidade ao espaço insular, antes arcaico e isolado. Caso esteja próxima à costa continental ou sua posição frente a outras terras seja tal que a soledade não possa se manifestar, a ilha pode até descaracterizar-se – pelo menos no sentido locacional. Este é o exemplo das ilhas-capitais brasileiras (de São Luís – MA, de Vitória – ES, de Santa Catarina – SC), onde o elo continental quase anula a barreira aquática entre as terras.

Dessa forma, caso se assuma a localização em um sentido relativo (para além de uma localização absoluta, amarrada em um sistema de referência externo ao observador), as ilhas admitem duas possibilidades: isolamento ou inserção nas redes de circulação e comunicação. No primeiro caso, se a segregação pode prejudicar o intercâmbio dos ilhéus com outros povos (usualmente, fomentador de modificações sociais), por outro lado, consegue conduzi-los a se valerem, de maneira genuína, das vantagens dos ambientes onde vivem sem qualquer interferência. Na segunda circunstância, “uma localização nodal em rotas comerciais garante o cosmopolitismo nas ilhas, já em oposição à diferenciação étnica e à unidade que advém da situação oceânica de isolamento”¹¹ (SEMPLE, 2011, p. 424, tradução nossa). Portanto, tudo parece sugerir que o recurso mais importante para o desenvolvimento insular não está em seus minérios, em sua biota ou na fertilidade de suas terras, mas em sua localização.

Quando admitida a distância relativa, torna-se mais imediata a compreensão daquilo que se denomina *arquipélago*, pois, se os constrangimentos e possibilidades impostos pelo oceano marcam a insularidade interna e externamente, é o jogo terra-água num conjunto de ilhas que define a existência ou inexistência de uma relação arquipelágica. Com efeito, as distâncias relati-

¹⁰ *Clearly defined natural locations, in which barriers of mountains and sea draw the boundaries and guarantee some degree of isolation.*

¹¹ *Such a nodal location on commercial routes insures to islands a cosmopolitanism of race, as opposed to the ethnic differentiation and unity which follows an outlying or oceanic situation.*

vas e o grau de sinergia entre as ilhas fomentam ou não uma unidade geográfica, o arquipélago, tomado aqui no seu sentido mais completo, isto é, numa acepção híbrida, que inclui o natural e o social para fundi-los inexoravelmente. Deriva-se daí que, na qualidade de manifestação espacial, a insularidade permeia-se de inúmeras escalas, materializando não só “a distância, como também o espaço de contato”¹² (PELLETIER, 2009, p. 230, tradução nossa). Em um nível de análise internacional, o universo insular existe em oposição aos continentes, quer servindo a eles como aglomerado de nós do sistema de redes e fluxos que configura a economia-mundo, quer deles apartando-se, constituindo-se, assim, exceção da aldeia global. Enfim, já na escala dos países e regiões, já na escala dos arquipélagos e mares interiores, insularismo é particularidade, seja num sentido econômico, seja num sentido social.

Perspectivas perceptiva e cultural

Observação supracitada, uma boa localização (mais em um sentido relativo do que absoluto) tende a compensar as limitações de área impostas pela realidade insular. Não constitui exagero, do mesmo modo que apartamento biótico acarreta endemismo, ausência ou exiguidade de contato entre povos enseja particularismo e localismo. Com efeito, se especificidades étnicas são maiores à medida que uma ilha é mais isolada, inversamente, quando próxima à outra terra, similitudes são bem possíveis. Isso justifica o fato, por vezes observado, de a diversidade cultural ser comparativamente superior nos arquipélagos que no interior de uma área continental bem servida de redes de circulação e comunicação. Citando caso análogo, se uma ilha tende a cultivar uma nova língua ou, como é mais comum, um dialeto, um arquipélago apresenta um grupo de dialetos com diferenças expressivas entre as ilhas – se assim não fosse, os Açores e Cabo Verde não chamariam tanto a atenção dos linguistas. Já no caso das ilhas que constituem pontos nodais em uma rede de comunicação e circulação, há terreno fértil para o desenvolvimento de línguas francas (LOPES, 1984).

Afora a dimensão cultural objetiva, há um sentido subjetivo da insularidade, perpassado pela cultura (erudita e popular) de povo a povo, de geração em geração. A insularidade está, pois, atada à consciência dos ilhéus e dos não ilhéus (PÉRON, 1993). Desse modo, para além de um espaço físico, o espaço insular pode ser apreendido como um espaço simbólico (GOMBAUD, 2007).

Desde os primórdios, as ilhas povoam a mente e o espírito dos homens – sua sensação, percepção e concepção.

A ilha parece ter um lugar especial na imaginação do homem. Ao contrário da floresta tropical ou da praia, ela não pode reivindicar abundância ecológica, nem – como ambiente – teve uma grande significância na evolução humana. A sua importância reside no reino da imaginação. No mundo, muitas das cosmogonias começaram com o caos aquático: quando a terra emerge, necessariamente é uma ilha. (...) Ao contrário dos primeiros exploradores, Louis de Bouganville não acreditava em nenhum Éden, mas sua descrição maravilhosa do Taiti converteu a ilha em um substituto similar. (...) No século dezenove, os missionários [entretanto,] rebateram a imagem edênica das ilhas (...) [e, apesar disso, elas] triunfaram sobre a propaganda negativa: a afluência dos turistas continuou. Elas adquiriram outro significado, local de fuga temporária. (TUAN, 1980, pp.135-137).

¹² *L'insularité matérialise la distance, mais aussi l'espace de contact.*

Sem dúvida, o que mais se destaca na percepção do homem quanto ao espaço insular é, em rigor, seus limites bem circunscritos pelo mar (ou por outro corpo d'água, no caso de ilhas fluviais e lacustres). No universo da percepção, a ilha é frequentemente definida por seu litoral (BONNEMAISON, 1991). Se esses limites apartam o homem (pelo menos, em matéria de percepção) de outras possibilidades de ambiência, o mar (e, porque não, lago ou rio) torna-se seu ambiente por excelência. A resultante disso não é outra senão uma vida cotidiana distinta de uma vida continental ordinária, já porque o espaço é finito (donde deriva uma territorialidade bem circunscrita), já porque o oceano marca a paisagem e as práticas sociais (vinculação entre maritimidade e insularidade), já porque os meios de transporte são peculiares, geralmente com graus acentuados de dessemelhança com os continentes (PÉRON, 1993).

A “tomada de consciência de um modo de vida particular, diferente das populações continentais, está associada a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus formaram a respeito de seu espaço geográfico e cultural, oriundas de sua insularidade” (DIEGUES, 1997, p. 5). À vista disso, para além de uma insularidade geográfica, é forçoso admitir uma ilheidade psicológica – do francês, *iléité* (PÉRON, 1993) –, que seja, um sentimento, um imaginário, uma representação do espaço insular fortemente marcada por um localismo de personalidade, uma eutopia ou, em outros termos, uma *topopsicologia* (MOLES e ROHMER, 1982). Por sua vez, fatores como dimensão, distância (absoluta ou relativa) em relação à outra terra emersa e taxa de diversidade (de paisagens, produtos, homens e instituições) influenciam sobremaneira o localismo insular e a topopsicologia. A decorrência de todos esses fatos é que, de um lado, uma ilha torna-se mais perceptível (mais significativa) para um continental quanto maior sua distância ao continente e menor sua taxa de diversidade, e, de outro, a ilha participa da consciência de seu habitante quanto mais particular for, quanto mais tiver seus limites definidos e quanto mais constrangedores forem. Afinal, o implacável resultado desse particularismo é ou uma especialização funcional (ilhas agrícolas, ilhas-refúgio), ou uma idealização perceptiva (ilhas do medo, do amor, da aventura) (*Ibidem*).

Perspectiva econômica

Afora uma taxonomia baseada em critérios físicos, as ilhas já foram, por vezes, catalogadas segundo seus usos – seja num sentido econômico (ilhas agrícolas, turísticas, portuárias, de entroncamento comercial e marítimo, paraísos fiscais), seja num entendimento social (ilhas-presídio, lazareto, de refúgio, santuários, paraísos ecológicos) – ou não usos (ilhas fantasmas – míticas ou abandonadas –, ilhas desabitadas e de povoamento episódico ou sazonal). (RÜE, 1935). Com efeito, é por meio dos usos e não usos que podem adquirir, quer por condições históricas, quer por condições naturais, que se é legítimo conferir um sentido econômico para as ilhas.

A exploração dos recursos haliêuticos e as oportunidades oferecidas pela costa sugerem duas facetas do aproveitamento econômico insular. Ora, se a costa é o local de reciprocidade de relações entre terra e mar (FEBVRE, 1950), esse tropismo de dupla direção constitui um verdadeiro trunfo: do mesmo modo que o mar influencia a terra (climática e economicamente), a terra lança mão do mar para poder espriar-se (navegações e exploração econômica das águas e do leito marinhos). Isso porque os litorais apresentam mais de um tipo de utilidade: são lugares de produ-

ção alimentícia ao mesmo tempo em que têm valor comercial por conectar povos de diferentes locais do mundo (DOUMENGE, 1967).

Contudo, há que se reconhecer que a insularidade apresenta diversos constrangimentos para a economia. Bem o sabem os chamados Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEIDs) – como é o caso de Vanuatu, Barbados, Comores e Maldivas, para citar alguns exemplos. Neles, os efeitos do insularismo expressam-se em dois níveis (ALMADA E SANTOS, 2011): um macroeconômico (acentuada especialização econômica, grande dependência externa, vulnerabilidade ambiental expressiva, gastos públicos elevados) e um microeconômico (impactos nas atividades das empresas, tanto nos custos de produção, como nos de abastecimento, distribuição e venda). Com efeito, dentre os territórios de quase nula autossuficiência para todos os gêneros de produção econômica, destacam-se os microterritórios insulares, isto é, os “espaços insulares que dependem, em diferentes graus, de uma metrópole, frequentemente longínqua”¹³ (TAGLIONI, 2006, p. 680, tradução nossa).

Frente a tais constrangimentos, diversas estratégias têm sido adotadas pelas ilhas: algumas se afastam do liberalismo global (ilhas isoladas, de tradições mais rígidas e sem a infraestrutura comum a outras partes do mundo, como Tristão da Cunha), enquanto outras vivem em função dele (Singapura, Hong Kong). Neste segundo caso, principalmente, a cooperação parece ser a palavra-chave (ALMADA E SANTOS, 2011).

Perspectivas social e demográfica

Na condição de lugares naturalmente protegidos, as ilhas “servem frequentemente de refúgio ou asilo para os fracos ou vencidos, sendo, portanto, concebidas como apartadas do movimento histórico”¹⁴ (SEMPLE, 1911, p. 438, tradução nossa). Também constituem ambientes para idosos, cansados e, até mesmo, turistas, aventureiros e casais apaixonados. E, deveras, uma vez que se afastam da dinâmica comum do mundo, as ilhas, se foram úteis presídios, campos de trabalho forçado, asilos e lazaretos (daí sua face, de quando em quando, tirânica), também podem convir às atividades turísticas, estando aí um potencial de crescimento econômico e, quem sabe, de aperfeiçoamento nas condições de vida da população que nelas reside.

As condições naturais que fazem a ilha manifestar sua insularidade possuem desdobramentos demográficos específicos. O tipo de costa, por exemplo, é, talvez, um bom parâmetro analítico da correlação espacial entre povoamento e condições geográficas. Já Ritter (1862 apud CARVALHO, 1913) reconhecia duas qualidades de litoral: de condensação (onde a densidade humana é diretamente proporcional ao número de articulações, tais quais baías, enseadas, pontas e ilhas) e de dispersão (privadas de articulações costeiras, as aglomerações humanas procuram os estuários dos rios). Ademais, não apenas as articulações, mas os acidentes propriamente ditos parecem também favorecer ou dificultar a ocupação. A valer, a subsidência ou o movimento positivo do terreno mantém a costa num estado tal de modo que a “riqueza das articulações é favorá-

¹³ *Nous employons ici l'expression de microterritoires insulaires pour designer des espaces insulaires qui dépendent, à divers degrés, d'une métropole souvent fort éloignée.*

¹⁴ *Islands, as naturally protected districts, are often sought as places of refuge by the weak or vanquished, and thus are drawn into the field of historical movement.*

vel ao assentamento humano, ao porto e a pesca”¹⁵ (DE MARTONNE, 1913, pp. 699-700, tradução nossa), enquanto a subsidência negativa tende a simplificar o litoral e a dificultar o assentamento. Com efeito, “não só a acessibilidade da costa em relação ao mar, mas também sua habitabilidade é um fator de importância histórica”¹⁶ (SEMPLE, 1911, p. 267, tradução nossa), visto que um interior infértil ou acidentado, uma costa fértil ou a combinação de ambos podem explicar uma superpopulação litoral. Em vista disso, dois parecem ser os destinos insulares: a acessibilidade e a habitabilidade da ilha podem, individualmente ou de forma combinada, ensejar ou rarefação demográfica, ou superpopulação, quer seja na ilha de maneira geral, quer seja numa ilha específica dentro de um arquipélago, quer seja em ambientes particulares de uma mesma ilha (litoral, interior).

Outro aspecto que merece consideração, já por sua dimensão tanto social quanto demográfica, é a relação entre emigração e permanência. No geral, como se pode pensar, localismo e segregação caminham juntos. Todavia, se o isolamento das ilhas tende a aumentar o localismo e a reforçar a identidade grupal dos ilhéus, os contornos marítimos, cada vez mais navegáveis, instigam, não raro, a evasão. De fato, nos atuais contextos do trabalho e do emprego no mundo globalizado, quanto mais voltados a si mesmos estiverem os espaços insulares (quanto maior seu índice de insularidade), menos oportunidades oferecem e, em decorrência, mais reforçam seus contornos, mais valorizam o domínio além-mar. Aí está, sem dúvida, uma relação causal complexa: como o insularismo faz da ilha um conceito absolutamente eutópico (GONÇALVES, 1986) e como a inclusão da ilha no contexto global tende a tornar essa eutopia uma desvantagem comparativa, pode desenvolver-se, no seio dos ilhéus, o tímido (ou, por vezes, mais explícito) desejo de virar-se para fora, de sair de seu isolamento tirânico e conquistar o ar de outras terras. A sério, a utopia continental aparece, no âmbito da somatória dos constrangimentos da insularidade, como o outro invertido, contradito e, curiosamente, alimentado pela eutopia insular.

Desse modo, é válido ter em mente que “a vida social na ilha não se define pelo fato dela estar cercada de água por todos os lados, mas pelas práticas em que estão envolvidos os ilhéus na sua relação com o mar” (DIEGUES, 1997, p. 31). Ademais, nesse espaço singular, ressalta-se um jogo intrusivo de contrastes: “o seu isolamento marítimo forma um pano de fundo que põe em evidência a importância das relações que a ligam ao mundo exterior”¹⁷ (MERCIER, 1990, p. 11, tradução nossa).

Perspectiva territorial

Por ter seus limites naturalmente estabelecidos pelo mar, a ilha, de saída, pode reivindicar facilmente identidades territoriais, pois unidade e divisão políticas procuram assentar-se sobre unidade e divisão geográficas. Ora, os limites físicos da soberania de uma nação tendem a reforçar sua posição de lugar único, que merece zelo (TUAN, 1983). Já no caso de um arquipélago, as

¹⁵ *La richesse des articulations est favorable aux établissements humains, ports et pêcheries.*

¹⁶ *Not only the accessibility of the coast from the sea, but also its habitability enters as a factor into its historical importance.*

¹⁷ *Leur isolement maritime forme une toile de fond qui met en évidence l'importance des relations qui les rattachent au monde environnant.*

fronteiras não são reconhecíveis tão prontamente, a não ser que um grupo de ilhas esteja completamente apartado no meio do mar.

De mais a mais, a presença do mar e de articulações na costa, bem como a posição de uma ilha ou um arquipélago no âmbito do jogo político local, regional ou mundial, podem bem ser trunfos em episódios de alianças, conquistas e guerras. La Blache (1921, p. 360) parecia não estar longe da razão quando endossou: “nas formações políticas de grande envergadura, as posições marítimas, tais como ilhas e cabos, têm o seu papel destinado”.

Em conferência do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ¹⁸, congregaram-se, em 2014, diferentes territórios insulares (Estados, possessões, áreas de além-mar de administração especial ou geograficamente separadas da sede territorial), demonstrando certa diversidade de situações e possibilidades de desenvolvimento para as ilhas e os arquipélagos. Com efeito, nos vários rincões do globo, é possível identificar, conforme a Figura 1, desde uma perinsularidade ou hipoinsularidade (continentalização de um fenômeno insular) até uma superinsularidade (isolamento total de uma ilha), bem como, em paralelo, desde uma uni-insularidade (Estado-ilha) até uma pluri-insularidade (Estado-arquipélago) (THIERRY, 2005). Combinem-se a essas formas de insularidade, perfis econômicos distintos, e despontará aos PEIDs um quadro extremamente múltiplo de ilhas-território, que, uma vez integradas, podem granjear relevância crescente no cenário político e econômico internacional. Nesse contexto, citam-se, por exemplo, organizações como a AOSIS (Aliança dos Pequenos Estados Insulares) ¹⁹, hoje com mais de quarenta membros.

Considerações finais

Objeto deste trabalho, os espaços insulares e as águas que os circundam foram cruciais para a mensuração das terras, para a localização dos povos, para o imaginário das gentes. Fato qualificado e quantificado, percebido e concebido, interpretado e representado, a ilha, como realidade geográfica, tem suas especificidades ora apreciadas, ora questionadas pelos estudiosos. São os oceanos ou mares que lhes conferem uma dupla faceta, que, apesar de contraditória, as explica: o isolamento e a possibilidade de comunicação. Da mesma maneira que as águas são estradas para a navegação, seu potencial segregador é fato histórico.

Justamente, por ser matéria contraditória, a essência geográfica das ilhas escapa frequentemente aos especialistas, que, não pouco frequente, negam sua existência ou, de mais a mais, acusam seu estudo de ser um retorno ao determinismo ambiental. Há quem, contudo, afirme categoricamente que, sim, “as ilhas existem, e os insulares, também” ²⁰ (PÉRON, 1993, p. 12, tradução nossa).

Como apresentamos, em circunstâncias específicas, concepções como exiguidade, raridade, unidade territorial, isolamento e influência aquática compõem, em conjunto, a noção de insula-

¹⁸ Para mais informações sobre a Conferência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2014, acessar:

<<http://www.undp.org/content/undp/fr/home/presscenter/events/2014/september/smallislands2014.html>>.

¹⁹ Disponível em: <<http://aosis.org/>>.

²⁰ *Les îles existent, les insulaires aussi.*

ridade. Esta, por sua vez, com o auxílio dos conceitos de maritimidade, litoralismo e ilheidade, confere forma àquilo que denominamos ilha (ou melhor, espaço insular).

Para todos os efeitos, deve-se ter em vista que a insularidade é um fato complexo e essencialmente contraditório (RÜE, 1935), visto que está imbuída de aspectos consonantes à transição terra-mar. Toda transição implica, necessariamente, tensão e complexidade – fato que se pode verificar com facilidade em meios intergrades entre dois domínios morfoclimáticos distintos e em zonas de fronteiras entre países. A contradição é atributo da insularidade por toda a sorte de influências das massas aquáticas na vida biológica e social das ilhas e arquipélagos, que, concomitantemente, separam e conectam. Como estrada, campo de pesca e marca divisória, a água impõe ao gênio humano condições e consequências, estrangimentos e possibilidades.

Por sua vez, a identidade insular é resultado da simbiose entre o ambiente típico das ilhas, com todas as contradições impostas pelo mar, e o imaginário social do ilhéu. Sua gênese existe por oposição a uma externalidade estranha aos traços típicos da maritimidade e da insularidade. Sentimento territorial e ambiental, a ilheidade resulta de contatos históricos, quer porque o insular somente adquire consciência de seu isolamento no instante em que se depara com uma rede comunicativa da qual ele não tem parte, quer porque ele apenas depreende o real significado do ambiente marítimo com o qual comunga quando percebe sua raridade no âmbito de um domínio amplamente terrestre.

Enfim, se complexa é a natureza insular, dado o jogo de interações que a define por sua localização única na superfície terrestre, o espaço social que ela enseja é tanto gerador como decorrência das atitudes que tomam os ilhéus frente à sua situação geográfica. Não é apenas seu apartamento do resto do mundo imposto pelo mar que confere sentido aos espaços insulares, porém, mais relevante, o que é produzido e organizado a partir dessa condição em termos de influências, redes, dinâmicas e modos de ser e agir. Quem quiser, portanto, descobrir o que são as ilhas, deve olhá-las sob esta ótica, que nos abre, aliás, uma miríade de possibilidades. Abarcar o maior número destes cenários pode nos conduzir ao invariante, à forma mesma, à essência desses verdadeiros mundos, prontos para nos revelar seus segredos e destinos.

Submetido em 16 de maio de 2021.

Aceito para publicação em 14 de setembro de 2021.

O UNIVERSO INSULAR

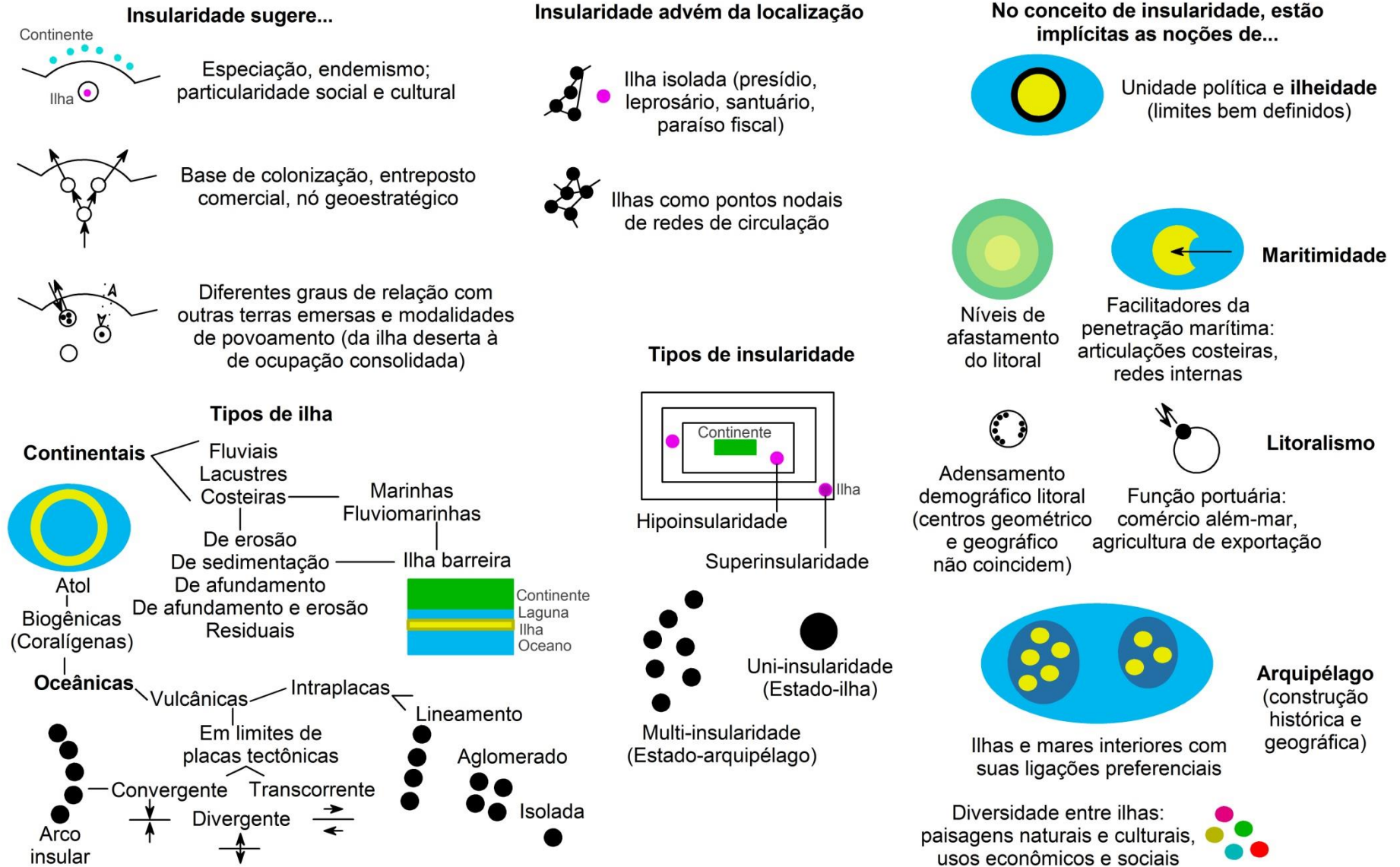


Figura 1. Modelo gráfico e conceitual de alguns dos principais aspectos da insularidade. Elaborado pelo autor.

Referências

- ALMADA E SANTOS, A. C. V. **A insularidade e as suas condicionantes económicas. O caso dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento**. Tese (Doutorado). Lisboa: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de Lisboa, 2011.
- AOSIS. **Alliance of Small Island States**. Disponível em: <<http://aosis.org/>>. Acesso em 10/05/2019.
- AZEVEDO, A. **Geografia do Brasil. Bases físicas, vida humana e vida econômica**. São Paulo: Nacional, 1970.
- BABAU, M. C.; ALVES, L. M.; SILVA, R. L. Les conditions générales au Cap Vert. In: ABREU, A. T. e SOARES, H. (org.). **Desenvolvimento e pesquisa no longo prazo em Cabo Verde**. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. pp. 33-109.
- BONNEMAISON, J. Vivre dans l'île: Une approche de l'îlénité océanienne. **L'espace géographique**, v. 20, n. 2, Seção Îles, pp. 119-125, 1991.
- BROOKFIELD, H. **Melanesia: a geographical interpretation of an island world**. Londres: Methuen, 1971.
- BRUNET, R. **Le déchiffrement du monde. Théorie et pratique de la géographie**. Paris: Belin, 2001.
- BRUNET, R.; FERRAS, R.; THÉRY, H. **Les mots de la géographie. Dictionnaire critique**. Montpellier: GIP RECLUS/Paris: La Documentation française, 1993.
- BRUNHES, J. **Geografia humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. CARVALHO, C. M. D. **Geographia do Brazil. Tomo I, Geographia Geral**. Rio de Janeiro: Empresa Photo-Mechanica do Brazil, 1913.
- CHOMER, A.; COURBULEIX, S.; CHANTRAINE, J.; DEROIN, J. **Baie du Mont-Saint-Michel**. Carte géologique de la France à 1/50.000. Orléans: Service Géologique National, 1999.
- CIA. Central Intelligence Agency. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/>>. Acesso em 10/05/2019. Verbetes consultados: Australia; Greenland.
- COGNARD, F. "Géohistoire de la Nouvelle-Zélande: unité territoriale et intégration à l'espace-monde". **M@ppemonde**. Avignon, n° 105, v. 1, p. 1-11, 2012. Disponível em: <<http://mappemonde.mgm.fr/num33/articles/art12102.html>>. Acesso em 21/07/2021.
- DE MARTONNE, E. **Traité de géographie physique**. Paris: Armand Colin, 1913.
- DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- DIEGUES, A. C. As ilhas e arquipélagos tropicais brasileiros: práticas sociais e simbólicas. **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997. pp. 3-36.
- DOUMENGE, F. **Geografia dos mares**. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 1967.
- DOUMENGE, F. e MONNIER, Y. **Les antilles françaises**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

- ESPÍNOLA, P. e CRAVIDÃO, F. A ciência das ilhas e os estudos insulares: breves reflexões sobre o contributo da geografia. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 3, pp. 433-444, 2014.
- FEBVRE, L. **A geographical introduction to history**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1950.
- FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-aco-es/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato?limitstart=0#>>. Acesso em 21/07/2021.
- FURLAN, S. A. **Ilhas do litoral paulista**. São Paulo: CONDEPHAAT/FFLCH-USP, 1989.
- FURLAN, S. A. As ilhas do litoral paulista: turismo e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997. pp. 37-66.
- GAY, J. "La diffusion du tourisme dans L'archipel comorien". **M@ppemonde**. Avignon, v. 64, n. 4, p. 15-18, 2001. Disponível em: <<http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M401/Gay.pdf>>. Acesso em 21/07/2021.
- GUÉBOURG, J. "Socotra, une île hors du temps". **M@ppemonde**. Avignon, v. 57, n. 1, p. 37-43, 2000. Disponível em: <<http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M100/Guebourg.pdf>>. Acesso em 21/07/2021.
- GOMBAUD, S. **Îles, insularité et îléité. Le relativisme dans l'étude des espaces archipélagiques**. Tese (Doutorado). Saint-Denis (Reunião): Programa de Pós-Graduação em Geografia, Université de la Réunion, 2007.
- GONÇALVES, R. L. Utopia e emigração. Abordagem micro-sociológica na freguesia da Ribeira Quente, São Miguel. **Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores**, v. 8, nº 1, pp. 107-132, 1986.
- GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- JADÉ, E. "Organisation spatiale d'île de Ténériffe". **M@ppemonde**. Avignon, v. 60, n. 4, p. 29-32, 2000. Disponível em: <<http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M400/Jade.pdf>>. Acesso em 21/07/2021.
- KLUGE, P. F. Oceanos e ilhas. **Atlas National Geographic. Volume 18, Oceanos e o Universo em imagens**. São Paulo: Abril, 2008.
- LA BLACHE, P. V. **Princípios de geografia humana. Volume I**. Lisboa: Cosmos, 1921.
- LOPES, B. **O dialecto crioulo em Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa Nacional/Coroa da Moeda, 1984.
- MACARTHUR, R. H. e WILSON, E. O. **The theory of island biogeography**. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- MERCIER, G. Etude de l'insularité (rapport sur le premier thème). **Norois**, v. 37, nº 145, pp. 9-14, 1990.
- MILANESI, M. A. **Avaliação do efeito orográfico na pluviometria de vertentes opostas da Ilha de São Sebastião (Ilhabela-SP)**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 2007.

- MOLES, A. e ROHMER, E. **Labyrinthes du vécu. L'Espace: matière d'actions**. Paris: Librairie des meridiens, 1982.
- MONTEIRO, C. A. F. **A dinâmica climática e as chuvas do Estado de São Paulo: estudo geográfico em forma de atlas**. São Paulo: Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1973.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Montego Bay, Jamaica, 10 de dezembro de 1982. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/documentos/convencao-onu-mar>>. Acesso em 09/04/2019.
- PELLETIER, P. La distance japonésienne, une approche géohistorique et géoculturelle. **Atala**, v. 12, edição La distance, objet géographique, pp. 229-246, 2009.
- PÉRON, F. **Des îles et des Hommes, l'insularité aujourd'hui**. Paris: Éditions de la Cité, 1993.
- PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Conferência dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento**. 2014. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/undp/fr/home/presscenter/events/2014/september/smallislands2014.html>>. Acesso em 06/04/2019.
- RATZEL, F. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1990. Organização: Antonio Carlos Robert de Moraes.
- ROYLE, S. A. **A geography of islands: small islands insularity**. Londres e Nova York: Routledge, 2001.
- RÜE, E. A.. **L'homme et les îles**. Paris: Gallimard, 1935.
- SARTORELLO, R. **Ilhas do litoral norte do estado de São Paulo: paisagem e conservação**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 2010.
- SEMPLE, E. C. **Influences of geographic environment on the basis of Ratzel's system of anthropo-geography**. Nova York: Henry Holt and Company/Londres: Constable & Company, 1911.
- TAGLIONI, F. Les petits espaces insulaires face à la variabilité de leur insularité de leur statut politique. **Annales de géographie**, v. 652, n° 6, pp. 664-687, 2006.
- THIERRY, N. 'L'Hypo-insularité', une nouvelle condition insulaire: l'exemple des Antilles françaises. **Espace géographique**, v. 34, n° 4, pp. 329-241, 2005.
- TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.
- WALLACE, A. R. **Island life or the phenomena and causes of insular faunas and floras including a revision and attempted solution of the problem of geological climates**. Nova York: AMS, 1975.
- WHITTAKER, R. J. e FERNÁNDEZ-PALACIOS, J. M. **Island biogeography: ecology, evolution and conservation**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

WITHERICK, M.; ROSS, S.; SMALL, J. **A modern dictionary of Geography**. Londres: Arnold, 2001.